

Cadernos Teologia Pública



Teologalidade das resistências e lutas populares

Francisco de Aquino Júnior

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XIV • número 126 • volume 14 • 2017

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Teologalidade das resistências e lutas populares

Theology of popular resistance and struggles

Resumo

O artigo se confronta com um dos aspectos mais fundamentais e determinantes das teologias da libertação, enquanto teologias feitas a partir e em vista dos processos históricos de libertação: a problemática da teologalidade ou do caráter salvífico-espiritual das resistências, lutas e organizações populares. Partindo da experiência bíblica de Deus (revelação-fé), explicita o caráter estritamente teologal ou espiritual das resistências e lutas populares (salvação), bem como sua densidade e relevância epistemológicas (teologia). E conclui indicando, em forma de teses, alguns desafios para um fazer teológico que se queira conseqüente com o processo histórico de realização da salvação ou do reinado de Deus e que tem nos pobres e marginalizados e em seus processos de libertação sua medida e seu critério permanentes.

Palavras-Chave: Salvação; Libertação; Pobres e Marginalizados; Teologias da Libertação.

Abstract

The article reflects on one of the most fundamental and determinant aspects of liberation theologies, understood as theologies made from and in view of the historical processes of liberation: the problematic of the theologality or the salvific-spiritual character of popular resistances, struggles, and organizations. Starting from the biblical experience of God (revelation-faith), it presents the strictly theological or spiritual character of popular resistances and struggles (salvation), as well as its epistemological density and relevance (theology). It concludes by pointing out, in the form of theses, some challenges for a theological doing that is consistent with the historical process of the realization of the salvation or the reign of God, which has its permanent measure and criteria in the poor and marginalized people, and in their liberation processes.

Keywords: Salvation; Liberation; Poor and marginalized; Liberation theologies.

Teologalidade das resistências e lutas populares

Francisco de Aquino Júnior

Faculdade Católica de Fortaleza (FCF)

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XIV – Vol. 14 – Nº 126 – 2017

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

Teologalidade das resistências e lutas populares

Francisco de Aquino Júnior

Faculdade Católica de Fortaleza (FCF)

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

A teologia da libertação latino-americana nasceu e se desenvolveu no seio das resistências e das lutas populares. A participação de cristãos e comunidades cristãs em lutas e organizações populares fez a Igreja se confrontar com a problemática de sua compatibilidade com a fé cristã, explicitando o caráter estritamente teologal ou espiritual dessas lutas e organizações. Esse novo lugar social (resistências, lutas e organizações populares) e essa nova problemática (teologalidade das resistências e lutas populares)¹ possibilitaram o desenvolvimento de

um fazer teológico consequente com aquilo que está no núcleo da experiência bíblica de Deus: a parcialidade pelos pobres e marginalizados. E não só do ponto de vista emergencial (assistência imediata), mas também do ponto de vista estrutural (estruturas da sociedade). Assim nascia e se desenvolvia o que se convencionou chamar teologia da libertação em suas diversas configurações (perspectivas, acentos, mediações, linguagens etc.).

1 Com as expressões *teologal* e *teologalidade* queremos insistir no caráter espiritual ou salvífico das resistências e lutas populares como algo real e objetivo, independentemente da intencionalidade e da consciência que se tenha disto. Esse caráter não vem da consciên-

cia e da reflexão que se possa ou se deva fazer sobre ele. Não é a reflexão teológica que faz com que as resistências e lutas populares sejam ou tenham algo de salvífico ou espiritual. Pelo contrário. A teologia só pode falar do caráter espiritual ou salvífico desses processos porque eles, em si mesmos, não obstante seus limites e suas ambiguidades, são ou têm algo de espiritual ou salvífico.

Para essas teologias, as resistências, lutas e organizações populares não são apenas um assunto entre outros a ser tratado teologicamente (tema), mas são também e mais radicalmente um aspecto essencial da experiência bíblica de Deus (dimensão) e um lugar privilegiado para o fazer teológico em sua totalidade (perspectiva). Desde o início, Gustavo Gutiérrez insistia que a teologia da libertação, mais que “um novo tema” para a reflexão, propõe “uma maneira nova de fazer teologia”: “uma teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo por meio do qual o mundo é transformado, abrindo-se [...] ao dom do Reino de Deus”². O que só pode ser compreendido num contexto eclesial em que, como afirma Francisco Taborda, “a práxis histórica de libertação” se torna a “feição epocal da fé”. Certamente, “a feição epocal não é a única feição, nem sequer a mais frequente, mas é a que melhor responde aos desafios do momento”³ ou, em todo caso, a que se confronta de

modo mais consequente com o aspecto mais determinante da fé em um determinado contexto.

Isso explica a importância e centralidade das resistências e lutas populares nas mais diversas teologias da libertação, mesmo quando não se aborda direta e explicitamente a questão. E isso justifica a importância e necessidade de retomada e tematização do caráter teologal ou espiritual das resistências e lutas populares. Mais ainda num contexto histórico de aprofundamento das injustiças e desigualdades e de crise de esperança e num contexto eclesial de aversão ou indiferença aos grandes problemas do mundo na contramão do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, não obstante o empenho e a atuação profética do papa Francisco.

Nossa pretensão aqui é retomar a problemática da teologalidade das resistências e lutas populares. Partindo da experiência bíblica de Deus (revelação-fé), explicitaremos o caráter estritamente teologal ou espiritual das resistências e lutas populares (salvação), bem como sua densidade e relevância epistemológicas (teologia).

2 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: Perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000, 73s.

3 TABORDA, Francisco. *Sacramentos, práxis e festa: Para uma teologia latino-americana dos sacramentos*. Petrópolis: Vozes,

1994, 24.

I – Experiência bíblica de Deus

Falar de caráter teologal ou espiritual das resistências e lutas populares é dizer que elas têm a ver com Deus e seu desígnio salvífico para a humanidade (revelação) e, conseqüentemente, com a relação ou o vínculo com Ele (fé). É mostrar como essas resistências e lutas populares se inserem na história de Deus com seu povo. É explicitar suas potencialidades e suas ambigüidades salvíficas.

Para isto é preciso partir da história de Deus com seu povo. Só nesta história e a partir dela podemos falar de Deus e da relação com ele, por mais que seu mistério e seu desígnio salvífico não se esgotem em nenhuma experiência concreta. Deus é sempre mais (*transcende*). Mas é sempre mais nessa história (*transcende em*). Nunca falamos de Deus sem mais. Falamos sempre de um Deus muito concreto e a partir de uma experiência muito concreta de Deus. Por mais abstratos e universais que sejam nossos discursos, são sempre, de alguma forma, abstrações e universalizações de uma experiência concreta ou, em todo caso, feitas a partir de experiências concretas. E por mais unidade que haja entre essas experiências de Deus,

ela só pode ser percebida e articulada a partir dessas experiências concretas.

No nosso caso, tradição judaico-cristã, falamos de Deus a partir de sua história com Israel. História que atinge sua plenitude em Jesus de Nazaré a quem confessamos como Cristo de Deus. O discurso cristão sobre Deus é inseparável de sua presença/ação na história de Israel e na vida de Jesus de Nazaré. A tal ponto, que ele não será nomeado simplesmente como Deus, mas como o *Deus de Israel* e como o *Pai de Jesus Cristo*⁴.

Esse Deus se mostra e se dá a conhecer como um Deus presente e atuante na história e partidário dos pobres e marginalizados (revelação). E a relação com ele é uma relação histórica mediada pelo compromisso com os pobres e marginalizados (fé). De modo que nenhum discurso sobre Deus e/ou sobre a experiência de Deus

⁴ Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992; MUÑOZ, Ronaldo. *O Deus dos cristãos*. Petrópolis: Vozes, 1989; IDEM. “Dios Padre”. In: ELLACURIA, Ignacio – SOBRINO, Jon. *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de Teología de la Libertación II. San Salvador: UCA, 1994, 531-549; IDEM. *Trindade de Deus Amor oferecido em Jesus, o Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2002; GONZÁLEZ, Antonio. *Trinidad y liberación: La teología trinitaria considerada desde la perspectiva de la teología de la liberación*. San Salvador: UCA, 1994.

que prescindida e menos ainda que se contraponha à sua historicidade e parcialidade pelos pobres e marginalizados pode ser tido como cristão em sentido estrito.

1. Revelação

O Deus judaico-cristão é um Deus *presente e atuante na história* e um Deus que age *em favor dos pobres e marginalizados*. São as duas características mais importantes e decisivas da revelação de Deus na história de Israel e na vida de Jesus de Nazaré⁵.

A bíblia não fala de Deus em termos abstratos e universais, mas em termos históricos. Ela narra a história de Deus com seu povo. E essa história não é uma história qualquer, mas uma história de salvação na qual Deus se manifesta “enquanto salvador, no ato mesmo de salvar”⁶. É a experiência fundamental que a Escritura nos transmite. No *Antigo Testamen-*

to, Deus liberta o povo da escravidão e no contexto dessa libertação dá-se a conhecer: “na ação mesma de salvar a seu povo Deus diz quem ele é e o diz justamente salvando”⁷. A revelação do nome de Deus (Ex 3,14) é inseparável do Êxodo e, por isso mesmo, deve ser lida a partir e em função do Êxodo. No *Novo Testamento*, a revelação de Deus é inseparável da ação salvadora de Jesus: a Boa Notícia do reinado de Deus. A “palavra” que Deus “comunicou” (At 10, 36), diz Pedro, não é outra senão “o que aconteceu por toda Judeia, começando pela Galileia” (At 10, 37): “Deus ungiu com Espírito Santo e poder a Jesus de Nazaré, que passou fazendo o bem e curando todos os possuídos pelo diabo, porque Deus estava com ele” (At 10, 38).

Enquanto salvador, ele se manifesta como um Deus partidário dos pobres e marginalizados (Jt 9, 11), a ponto de se identificar com eles (Mt 25, 31-46). Como tem insistido Jon Sobrino, “a relação de Deus com os pobres deste mundo aparece como uma constante em sua revelação [...] a relação Deus-pobres no Êxodo, nos profetas ou em Jesus não é apenas

5 Cf. PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 2002; LÉON-DUFOUR, Xavier. *Agir segundo o Evangelho: Palavra de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2003; FABRIS, Rinaldo. *A opção pelos pobres na Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1991.

6 GONZÁLEZ, Antonio. *Op.*, 59.

7 *Ibidem*.

conjuntural e passageira, mas estrutural. Existe uma correlação transcendental entre revelação de Deus e clamor dos pobres”⁸. A libertação dos pobres e marginalizados no Êxodo e na práxis de Jesus de Nazaré não é algo secundário ou periférico na revelação de Deus, mas algo constitutivo dessa revelação, algo que diz respeito ao Mistério mais profundo de Deus. Revelar-se no processo de libertação do Êxodo (e não no processo de dominação do Faraó) e na práxis libertadora de Jesus de Nazaré (e não na práxis de César) não é mero detalhe, casualidade ou roupagem, mas algo essencial, algo que tem a ver com o Mistério mesmo de Deus que não pode assumir a “forma” de um Faraó ou de um César (tirano) sem se negar a si mesmo (Pai).

Essa experiência de Deus narrada na Escritura, além de ser a experiência originante da tradição judaico-cristã, constitui seu critério e sua norma permanentes. É claro que, enquanto acontecimento histórico, a revelação é um processo vivo, dinâmico,

8 SOBRINO, Jon. “Teología en un mundo sufriente. La teología de la liberación como ‘intellectus amoris’”. In: *El principio-misericordia. Bajar de la cruz a los pueblos crucificados*. Santander: Sal Terrae, 1992, 47-80, aquí 55.

aberto. E não só no que diz respeito à sua compreensão (sempre limitada...), mas, mais radicalmente, no que diz respeito à sua realização histórica (sempre atual...). É que Deus continua agindo através de seu Espírito. A revelação não é algo meramente passado, mas algo muito atual. E atual não só em termos de recordação, mas em termos de realização histórica. Por isso, a teologia não pode ser reduzida a uma espécie de arqueologia salvífica. Ela é inteligência da ação salvífica de Deus *hoje* através de seu Espírito. Daí a densidade teológica do presente, dos atuais processos históricos.

Mas não se deve esquecer que o *Espírito de Deus*, presente e atuante na história, não é outro senão o *Espírito de Jesus Cristo*. Sua missão, como lembra o Evangelho de João, é ensinar e recordar tudo o que Jesus disse (Jo 14, 26), dizer e explicar o que ouviu/recebeu de Jesus (Jo 16, 13-14), dar testemunho de Jesus (Jo 15, 26). E, assim, é inseparável de Jesus de Nazaré, a ponto de a vida/carne de Jesus ser tomada na Escritura como critério fundamental e definitivo de discernimento dos espíritos (1Jo 4, 1-3; 1Cor 12, 1-3): É de Deus, se faz em nós o que fez em Jesus de Nazaré. O Espírito Santo é o Espírito de Je-

sus de Nazaré; o Espírito que o ungiu, o conduziu e o sustentou em sua missão de anunciar Boa Notícia aos pobres (Lc 4, 18s; At 10, 38). Não por acaso, o Espírito é invocado na Igreja, em um hino muito antigo, como “Pai dos pobres”. E os estudos pneumatológicos na América Latina⁹ têm insistido muito que “o Espírito do Senhor atua a partir de baixo”, para usar uma expressão muito cara a Victor Codina¹⁰.

9 Cf. PIXLEY, Jorge. *Vida no espírito*. O projeto messiânico de Jesus depois da ressurreição. Petrópolis: Vozes, 1997; CODINA, Victor. *Creio no Espírito Santo*. Pneumatologia narrativa. São Paulo: Paulinas, 1997; IDEM. “Não extingais o Espírito” (1Ts 1, 19): Iniciação à pneumatologia. São Paulo: Paulinas, 2010; IDEM. *El Espíritu del Señor actua desde abajo*. Santander: Sal Tarrae, 2015; COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. Obra póstuma. São Bernado do Campo: Nhanduti, 2012; BOFF, Leonardo. *O Espírito Santo: Fogo interior, doador de vida e Pai dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 2013; MANZATTO, Antonio – PASSOS, João Décio – MONNERAT, José Flávio. *A força dos pequenos*. Teologia do Espírito Santo. São Paulo: Paulus, 2013.

10 “A ação do Espírito a partir de baixo está em perfeita coerência com a opção de Jesus pelos pobres e pequenos, com o designio do Pai de fazer deles os destinatários privilegiados da revelação dos mistérios do Reino” (CODINA, Victor. *El Espíritu del Señor actua desde abajo*. Op. cit., 187).

2. Fé

A fé é o ato pelo qual se adere confiante e fielmente ao Deus que se revelou na história de Israel e definitivamente na vida/práxis de Jesus de Nazaré. E, assim, está constitutivamente referida, determinada e configurada pelo jeito de ser/agir desse Deus na história de Israel e na práxis de Jesus de Nazaré. Não se pode compreender a fé cristã senão a partir e em função do Deus de Israel e de Jesus de Nazaré. Ela é resposta à proposta desse Deus. A iniciativa é dEle (proposta). Mas, para se tornar real e efetiva, precisa ser assumida por nós (resposta). Nesse sentido, a fé é, sem dúvida, um “dom” (Ef, 2, 8), mas um dom que, uma vez acolhido, recria-nos, inserindo-nos ativamente em seu próprio dinamismo: “Criados por meio de Cristo Jesus para realizarmos as boas ações que Deus nos confiara como tarefa” (Ef 2, 10). É, portanto, *dom-tarefa*: algo que *recebemos* para *realizar*.

Enquanto tal, a fé tem um dinamismo fundamentalmente prático. É uma dinâmica de vida, um jeito de viver a vida: Viver como Jesus viveu. É *seguimento* de Jesus de Nazaré, o iniciador e consu-

mador da fé (Hb 12, 2)¹¹. Certamente, a fé é um *ato inteligente* e tem seu momento de verdade. Mas nem é pura intelecção nem essa intelecção é sem mais uma doutrina conceitualmente bem elaborada. E certamente ela tem também sua *expressão simbólico-ritual*. Mas esta expressão não é senão manifestação mais ou menos adequada e eficaz do seguimento real de Jesus de Nazaré. Não se trata de contrapor o caráter prático da fé a seus momentos de verdade/teoria e/ou de expressão simbólico-ritual. Trata-se apenas de advertir contra o risco de redução intelectualista ou ritualista da fé, compreendendo-a e assumindo-a em sua globalidade e com suas várias dimensões (também intelectual e litúrgica!) como práxis do seguimento de Jesus de Nazaré.

11 Cf. CODINA, Victor. “Fe en Cristo y opción por los pobres”. In: *Una Iglesia Nazarena: Teología desde los insignificantes*. Santander: Sal Tarrae, 2010, 29-43; SOBRINO, Jon. “Seguimento de Jesus”. In: FLORISTÁN SAMANES, Cassiano. – TAMAYO-ACOSTA, Juan José. *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999, 771-775; BAMBONATTO, Vera Ivani-se. *Seguimento de Jesus: Uma abordagem segundo a cristologia de Jon Sobrino*. São Paulo: Paulinas, 2002; CÁTEDRA CHAMINADE. *El seguimento de Jesus*. Madrid: Fundación Santa María, 2004; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “A fé como seguimento de Jesus Cristo”. *REB* 292 (2013) 788-815.

A insistência no caráter prático da fé não põe em risco o primado da Graça nem, conseqüentemente, cai na tentação da autossuficiência e autossalvação humanas, como se a salvação fosse fruto de nossa ação (individual ou coletiva), antes que dom gratuito de Deus. Não se deve esquecer que se nós amamos, “amamos porque Ele nos amou primeiro” (1 Jo 4, 19) e que “o amor vem de Deus” (1 Jo 4,7). Não existe contradição entre a ação de Deus e a ação humana. Uma não implica na negação da outra. Pelo contrário, ambas se implicam e se remetem mutuamente. Como afirma Jon Sobrino, “tem sido um erro frequente situar a experiência da gratuidade no que recebemos, como se a ação fosse meramente ‘obra’ do homem”. Na verdade, “o dom se experimenta como dom na própria doação”¹². Na formulação de Antonio González, “a ação humana não é, sem mais, ‘obra’ do homem, mas ‘o dom se experimenta como dom na própria doação’, enquanto fundamento da mesma. Deste modo, a fé é atividade humana enquanto *entrega* a Deus como fundamento da própria vida”¹³.

12 SOBRINO, Jon. *Cristologia desde América Latina: Esbozo a partir del seguimento del Jesús histórico*. México: CRT, 1977, 193.

13 GONZÁLEZ, Antonio. *Op. cit.*, 68s. Cf. ZUBIRI, Xavier. *El hombre y Dios*. Madrid: Alianza Editorial, 2003, 210-222.

E essa entrega a Deus significa concretamente configuração da vida a Ele e colaboração em sua atuação histórica em favor dos pobres e marginalizados. A entrega a Deus é sempre mediada pela participação em sua ação salvífica no mundo (historicidade); uma ação em favor dos pobres e marginalizados (parcialidade). Como bem afirma o papa Francisco, “existe um vínculo indissolúvel entre nossa fé e os pobres” (EG, 48). “Todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (EG, 197). Fora desse dinamismo salvífico em favor dos pobres e marginalizados não se pode falar propriamente de fé cristã, uma vez que ela não pode ser vivida nem pensada independentemente, nem muito menos em contraposição ao dinamismo salvífico de Deus que se historicizou em Israel e definitivamente na vida de Jesus de Nazaré. E aqui se pode compreender perfeitamente a insistência profética de Jon Sobrino de que “fora dos pobres não há salvação”¹⁴. Afinal, se a fé é entrega a um Deus salvador dos pobres e marginalizados, ela nos insere necessariamente em seu dinamismo sal-

vífico em favor dos pobres e marginalizados. A tal ponto que isso se torna sinal, critério e medida da fé (Cf. Mt 25, 31-46; Lc 10, 25-37). É pelos frutos que se conhece a árvore (Cf. Lc 6, 44)...

Revelação e fé constituem dois aspectos do processo de realização histórica da salvação. Aspectos que se remetem e se implicam mutuamente. Está em jogo a realização histórica da salvação. Um acontecimento que vai se realizando em processos de libertação: *Israel* no Egito e na Babilônia; *pobre/órfão/viúva/estrangeiro* em Israel. E aqui estão sempre implicados Deus e povo. Deus se revela enquanto salvador no ato mesmo de salvar seu povo: Deus *de* Israel, Deus *dos* pobres e marginalizados. E na medida em que o povo vai aderindo a esse Deus e fazendo a vida em comunhão com ele vai se constituindo como seu povo: Povo *de* Deus. Nisso consiste a experiência de Deus narrada na Escritura. Ela constitui o coração da Torá, da atuação dos profetas, da sabedoria de Israel e da vida e missão de Jesus de Nazaré e suas comunidades.

Se há algo que não se pode negar nem ofuscar na Sagrada Escritura é a centralidade dos pobres e oprimidos na história da salvação. Deus aparece (revelação) como *Go'el* que resgata seus parentes da

14 SOBRINO, Jon. *Fuera de los pobres no hay salvación: Pequeños ensayos utópico-proféticos*. Madrid: Trotta, 2007.

escavidão, como *Pastor* que apascenta as ovelhas, como *Rei* que faz justiça aos pobres e oprimidos, como *Pai* que cuida de seus filhos e os socorre em suas necessidades E a relação com ele (fé) passa sempre pela observância e defesa do direito do pobre e oprimido, pela proximidade ao caído à beira do caminho. Todas as imagens ou metáforas que a Escritura usa para falar da ação de Deus e da interação entre Deus e seu povo (Go'el, Pastor, Rei, Pai etc.) revelam a centralidade dos pobres e marginalizados, expressos no quarteto “pobre-órfão-viúva-estrangeiro”. Joachim Jeremias, exegeta alemão, insistiu muito em que o “traço decisivo” do reinado de Deus, centro e resumo da pregação de Jesus, consiste na “oferta da salvação feita por Jesus aos pobres”¹⁵. De modo que a salvação dos pobres e marginalizados constitui o coração da história de Deus com seu povo. A ponto de se tornar critério e medida de fidelidade à Aliança de Deus com Israel e de adesão ou rejeição ao reinado de Deus anunciado por Jesus de Nazaré.

15 JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2008, 176.

II – Caráter salvífico das resistências e lutas populares

Foi a retomada da experiência bíblica de Deus (realização histórica da salvação) que permitiu à Igreja latino-americana compreender a densidade e relevância teológica ou espiritual das resistências e lutas populares: perceber nas resistências e nos processos históricos de libertação a presença/ação salvífica de Deus, um sinal do Espírito que age a partir de baixo. Medellín é muito claro a esse respeito: “Assim como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós, novo Povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva quando se dá o ‘verdadeiro desenvolvimento que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas’”¹⁶.

É verdade que a Igreja não percebeu isso sozinha nem por si mesma. Ela foi provocada pelos movimentos sociopolíticos de libertação. Foram eles que recolheram

16 CELAM. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987, 7.

os clamores do povo e os articularam em diversas lutas e organizações sociais nas mais diferentes regiões do continente. Mas é verdade também que só na medida em que a Igreja redescobriu que a experiência bíblica de Deus é fundamentalmente uma experiência histórica de libertação das mais diferentes formas de injustiça, opressão e marginalização pôde perceber e compreender a densidade teológica dos processos históricos de libertação. É que, como adverte Ignacio Ellacuría, “origem” e “princípio” não são a mesma coisa e “nem toda origem se converte em princípio”. Por mais que a Igreja tenha sido despertada e convocada para colaborar nos processos históricos de libertação pelos movimentos e organizações sociais (origem), a libertação só pôde ser assumida pela Igreja por constituir “a essência mesma da mensagem revelada, do dom salvífico de Deus aos homens” (princípio)¹⁷.

E é verdade também que isso não aconteceu na Igreja de uma hora para outra nem a toque de mágica, mas foi preparado por um longo processo de renovação teológico-pastoral que culminou com o Concílio Vati-

cano II e se desenvolveu em seu processo de recepção eclesial, sobretudo na América Latina. Convém destacar aqui dois aspectos desse processo de renovação eclesial que foram decisivos para a percepção da densidade espiritual dos processos históricos de libertação.

Em primeiro lugar, o esforço de superação do dualismo natural-sobrenatural que dominou a reflexão teológica durante séculos¹⁸. Querendo “salvar” a gratuidade da salvação, ele acabava comprometendo o caráter criatural/gracioso do mundo, tornando a salvação irrelevante para este mundo e enfraquecendo o compromisso da Igreja com a transformação desse mundo. Isso vai levar o Concílio a compreender a Igreja como “sinal e instrumento de salvação” no mundo (LG, 1, 9, 48) e a afirmar que o “divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves de nosso tempo”. Não se deve criar “oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais de uma parte e, de outra, a vida religiosa”, pois “ao negligenciar os seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus

17 Cf. ELLACURÍA, Ignacio. “En torno al concepto y a la idea de liberación”. In: *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, 629-657, aqui 631 e 629 respectivamente.

18 Cf. LADARIA, Luis. “Natural e sobrenatural”. In: SESBOÛÉ, Bernard (dir.). *História dos dogmas*. Tomo 2. O homem e sua salvação. São Paulo: Loyola, 2003, 313-343.

deveres para com o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna” (GS, 43).

Em segundo lugar, a redescoberta da universalidade da salvação que extrapola os limites visíveis da Igreja e se realiza muitas vezes por caminhos que nos são desconhecidos (Cf. NA; LG, 16). Isso vai levar o Concílio a afirmar que “a Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo [nas outras] religiões”, a reconhecer que elas “refletem lampejos daquela Verdade que ilumina todos os homens” e a exortar a todos a que “reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores socioculturais que entre eles se encontram” (NA, 2). O Concílio chega inclusive a afirmar que “não podemos [...] invocar a Deus como Pai se recusamos o tratamento fraterno a certos homens, criados também à imagem de Deus” (NA, 5). Isso vai ser fundamental e decisivo para a percepção da salvação fora da Igreja.

Mas nada disso compromete nem ofusca a grande novidade que se deu na Igreja latino-americana e que diz respeito precisamente à descoberta da densidade espiritual dos processos históricos de libertação. Não se trata apenas da participação de cristãos em processos históricos de libertação – *apesar* de sua fé. Nem se trata

apenas de uma compreensão histórico-abstrata de salvação e de uma abertura genérica para o mundo. Trata-se, antes e mais radicalmente, de uma retomada do sentido bíblico da salvação que se realiza em processos históricos de libertação e de um assumir esses processos não apesar da fé, mas precisamente na fé e por causa da fé. A historicidade da salvação se materializa em processos históricos de libertação. Daí o caráter salvífico desses processos, não obstante seus limites e suas ambiguidades. Daí a importância e centralidade desses processos na vivência da fé, particularmente em um contexto como o nosso marcado por profundas injustiças, opressões e marginalizações.

A redescoberta e explicitação do caráter salvífico dos processos históricos de libertação e de sua importância e centralidade na vivência da fé foram, sem dúvida nenhuma, um dos, senão o mais importante aporte da Igreja latino-americana: tanto em sua ação pastoral quanto em sua reflexão teológica.

Do ponto de vista da ação pastoral, isso confirmou e levou milhares de cristãos a se engajarem nos processos históricos de libertação através de lutas e organizações populares as mais diversas em todo continente. Centenas de cristãos, dentre os quais se encontram mui-

tos presbíteros e até bispos, chegaram a dar a vida nesses processos – são mártires da justiça do Reino. E provocou e/ou sensibilizou o conjunto da Igreja latino-americana para o compromisso com os pobres e a luta pela justiça mediante o que se convencionou chamar “opção preferencial pelos pobres” – “uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (Aparecida, 391).

Do ponto de vista da reflexão teológica, a consciência e o desenvolvimento dessa problemática foram criando, em meio a tensões e ambiguidades, alguns consensos teológicos fundamentais¹⁹: superação do dualis-

mo natural X sobrenatural ou profano X sagrado; historicidade da salvação; salvação como libertação; libertação integral; necessidade de mediações históricas da salvação/libertação, não obstante seus limites e suas ambiguidades; tensão escatológica entre o “já” e o “ainda não” da salvação/libertação; os pobres como “lugar teológico”, dentre outros. É verdade que esses consensos teológicos fundamentais em boa medida foram mais intuídos e esboçados que ampla e suficientemente desenvolvidos²⁰. E é verdade também, como reconhece Juan Luis Segundo, que foram muito rapidamente tomados como pressupostos evidentes: como se fossem algo evidente e consensual na Igreja e como se fosse algo resolvido que dispensassem maiores investigações e desenvolvimentos²¹. Em todo caso, eles foram decisivos para a compre-

19 Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: Perspectivas*. *Op. cit.*, 195-363; BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980, 73-102; BOFF, Leonardo – BOFF, Clodovis. *Da libertação: O teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1980; SEGUNDO, Juan Luis. “Libertad y liberación”. In: ELLACURÍA, Ignacio – SOBRINO, Jon. *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación I*. Madrid: Trotta, 1994, 373-391; ELLACURÍA, Ignacio. “El desafío cristiano de la teología de la liberación”. In: *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, 19-33; IDEM. “Los pobres, ‘lugar teológico’ en América Latina”. *Op. cit.*, 139-161; IDEM. “Historia de la salvación”. In: *Op. cit.*, 597-628; IDEM. “En torno al concepto y a la idea de liberación”. In: *Op. cit.*, 629-657; IDEM. “La Iglesia de los pobres, sacramento histórico de liberación”. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, 453-485.

20 Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Op. cit.*, 196, 197.

21 “A teologia da libertação não insistiu o bastante no fundamento teológico dessa volta [ao homem] exigida pelo concílio. A teologia da libertação seguiu como se aquela volta tivesse acontecido e tivesse sido aceita pela Igreja inteira e, de modo especial, pela hierarquia que a tinha aprovado por esmagadora maioria” (SEGUNDO, Juan Luis. “Críticas y autocríticas de la teología de la liberación”. In: COMBLIN, José – GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio – SOBRINO, Jon. *Cambio social y pensamiento Cristiano en América Latina*. Madrid: Trotta, 1993, 215-236, aqui 219).

ensão e explicitação do caráter teologal ou espiritual das resistências, das lutas e das organizações populares.

No que diz respeito especificamente a esse caráter teologal ou espiritual das resistências, lutas e organizações populares, podemos destacar dois aspectos fundamentais que se implicam mutuamente.

Por um lado, elas denunciam e se enfrentam com as “estruturas de pecado” que continuam matando os filhos e filhas de Deus neste mundo, isto é, os mecanismos econômicos, políticos, jurídicos, culturais, religiosos etc. que negam as condições materiais de vida a grande parte da população, que oprimem e marginalizam amplos setores da sociedade e que legitimam as mais diferentes formas de injustiça, opressão e marginalização. Aquilo que desde Medellín e Puebla se convencionou chamar “estruturas de pecado”, “pecado estrutural” ou “pecado social”.

Por outro lado, elas se constituem como “mediadoras de salvação”, na medida em que buscam e ensaiam alternativas de vida e sobrevivência em meio à miséria, injustiça e marginalização, bem como novas formas e novos mecanismos de organização da sociedade que garantam a efetivação dos direitos dos setores empobrecidos e marginalizados, para além de sua afir-

mação formal. E isso independentemente de seu vínculo religioso e eclesial, da consciência do caráter salvífico de sua ação e dos limites e das ambiguidades dessa ação²².

Trata-se, aqui, da denúncia e do enfrentamento do pecado em sua dimensão socioestrutural (pecado cristalizado e mediado em estruturas sociais), bem como da realização da salvação em sua dimensão socioestrutural, isto é, do esforço de organização da sociedade segundo o espírito evangélico que tem nas necessidades e nos direitos dos pobres e marginalizados seu critério e sua medida permanentes (mediação da salvação em estruturas sociais).

A afirmação do caráter teologal ou espiritual das resistências, das lutas e das organizações populares em sua dupla dimensão de denúncia/enfrentamento do pecado socioestrutural e ensaio/mediação socioestrutural da salvação não significa absolutização dessas resistências, lutas e organizações, nem negação das ambiguidades e contradições aí existentes (e onde não há ambiguidade e contradição??). Elas não são a salvação ou o reinado de Deus *sem mais e em sua plenitude* como não

22 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “Fé-política: uma abordagem teológica”. In: *A dimensão socioestrutural do reinado de Deus: Escritos de teologia social*. São Paulo: Paulinas, 2011, 173-195.

o é nenhum processo histórico social ou eclesial. Mas são *sinais e mediações históricos* da salvação ou do reinado de Deus neste mundo. Sinais e mediações limitados, ambíguos e contraditórios, mas reais e verdadeiros.

Nas palavras de Leonardo Boff: “as libertações históricas são [...] antecipações e concretizações, sempre limitadas, mas reais, da salvação que será plena somente na eternidade”; entre “reino de Deus e sociedade justa” há uma “identificação” (se identifica *em*), mas não há uma “identidade” (não se identifica *com*)²³.

Nas palavras de Gustavo Gutiérrez: “O crescimento do Reino é um processo que se dá historicamente na libertação [...], porém não se esgota nela; realizando-se em fatos históricos libertadores, denuncia seus limites e ambiguidades, anuncia-lhe a plena realização e impele-o efetivamente à comunhão total [...] Pode-se dizer que o fato histórico, político, libertador é crescimento do Reino, é acontecer salvífico, mas não é a chegada do Reino, nem *toda* a salvação”²⁴.

É claro que a salvação ou o reinado de Deus não pode ser reduzido à sua dimensão social, nem a dimen-

são social da salvação ou do reinado de Deus pode ser reduzida aos processos organizados de luta pela transformação das estruturas da sociedade. A salvação ou o reinado de Deus diz respeito a todas as dimensões da vida humana (pessoal, social, histórica) e à totalidade da criação (cosmos); realiza-se na história, mas abrindo e transcendendo a história para além de seus limites espaço-temporais (transcendência na história). E a dimensão social da salvação ou do reinado de Deus diz respeito à diversidade de formas e níveis de vínculo social: relações interpessoais (família, comunidade, conhecidos, associações etc.) e relações impessoais ou estruturais (costumes, normas, leis, estruturas econômicas, políticas etc.)²⁵. Mesmo a luta pela justiça e pela transformação da sociedade é muito mais ampla e complexa que os movimentos e as organizações populares. Seja porque tem muitas dimensões e precisa ser assumida e mediada por muitos grupos e setores da sociedade. Seja porque está enraizada em processos mais básicos e sutis de resistência popular: a luta cotidiana pela vida e a solidariedade

23 BOFF, Leonardo – BOFF, Clodovis. *Da libertação: O teológico das libertações sócio-históricas*. *Op. cit.*, 26 e 58 respectivamente.

24 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Op. cit.*, 237.

25 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “A dimensão social da fé”. In: *A dimensão socioestrutural do reinado de Deus: Escritos de teologia social*. *Op. cit.*, 15-28.

primária vivida nas situações limites da vida²⁶. Aquilo que Jon Sobrino chama de “santidade primordial”²⁷.

E é claro também que os processos históricos de libertação (resistências, lutas e organizações populares) não são puros nem perfeitos. São limitados, ambíguos e contraditórios. Têm seus pecados: reducionismo, fechamento, autoritarismo, sectarismo, centralismo, personalismo, violência, corrupção, machismo, racismo, ho-

mofobia, antropocentrismo, desrespeito e agressão aos próprios companheiros, dentre outros. E precisam ser purificados, alargados e dinamizados com a luz e a força do Evangelho. O reconhecimento de sua densidade teológica ou espiritual não pode ofuscar nem comprometer a necessidade de conversão e o chamado à mesma, inclusive para não comprometer ainda mais sua densidade espiritual e intensificá-la.

Vale a pena recordar aqui a Terceira Carta Pastoral de Dom Oscar Romero que tem como título *A Igreja e as organizações políticas populares*²⁸. Ao tratar das “relações entre a Igreja e as organizações populares”, ele faz uma dupla consideração. No *nível prático*, “tudo depende da situação histórica real”. No *nível teórico*, é preciso levar em conta “três princípios” fundamentais: “a natureza própria da Igreja”; “a Igreja a serviço do povo”; “inserção dos esforços libertadores na salvação cristã”. No contexto da explicitação desses princípios faz algumas afirmações que são decisivas no que diz respeito à densidade teológica ou espiritual das lutas e organizações

26 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “‘Tudo tem jeito. Só não tem jeito para a morte’. A esperança que vem das ruas e dos lixões”. In: *A dimensão socioestrutural do reinado de Deus: Escritos de teologia social*. Op. cit., 197-212; IDEM. “Entre ruas: fé e esperança de um povo. Espiritualidade da Pastoral do Povo da Rua”. In: *Viver segundo o espírito de Jesus Cristo*. Espiritualidade como seguimento. São Paulo: Paulinas, 47-58.

27 SOBRINO, Jon. *Terremoto, terrorismo, barbarie y utopia*: El Salvador, Nueva York, Afganistán. Madrid: Trotta, 2002, 35-37, 125-135. “Na decisão primária de viver e dar vida [...] faz-se presente como que uma santidade primordial”; “o anseio de viver e sobreviver em meio a grandes sofrimentos, a decisão e os trabalhos para alcançá-lo, com criatividade sem limites, com constância, desafiando inumeráveis dificuldades e obstáculos, é o que chamamos santidade primordial. Eles, pobres e vítimas – sobretudo mulheres com seus filhos –, mesmo no meio da catástrofe e no impossível dia-a-dia, cumprem e põem em prática de modo insigne o chamado de Deus a viver e dar vida a outros”; “é a santidade do sofrimento por querer viver que tem uma lógica distinta, mas mais primária, que a santidade da virtude” (*Ibidem*, 125-126) e, podemos acrescentar, que a santidade política.

28 Cf. ROMERO, Monseñor Oscar – RIVERA, Monseñor Arturo. “La Iglesia y las organizaciones políticas populares”. In: CENTRO MONSEÑOR ROMERO. *Cartas Pastorales y Discursos de Monseñor Oscar A. Romero*. San Salvador: UCA, 2007, 67-105.

populares e da relação da Igreja com essas mesmas lutas e organizações populares:

- “A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social. O fim que lhe atribuiu é de ordem religiosa. Mas precisamente desta mesma missão religiosa derivam funções, luzes e energias que podem servir para estabelecer e consolidar a comunidade humana segundo a lei divina” (GS 42)²⁹;

- “Compete à Igreja recolher tudo que haja de humano na causa e na luta do povo, sobretudo dos pobres. A Igreja se identifica com a causa dos pobres quando eles exigem seus legítimos direitos”³⁰;

- “Esta solidariedade com os objetivos justos não está limitada a determinadas organizações. Chamem-se cristãs ou não, estejam protegidas legal ou realmente pelo governo ou sejam independentes ou opostas a ele, à Igreja só interessa uma condição para apoiá-las na força de seu Evangelho: que o objetivo da luta seja justo. Assim como também denunciar com sincera imparcialidade o que é injusto em qualquer organização, onde quer que se encontre”³¹;

29 *Ibidem*, 80.

30 *Ibidem*, 83.

31 *Ibidem*, 83.

- “A Igreja, temos dito, alenta e fomenta os justos anseios de organização e apoia, no que tem de justo, suas reivindicações. Mas o serviço da Igreja a esses legítimos esforços de libertação não estaria completo se ela não os iluminasse com a luz de sua fé e de sua esperança cristã, situando-os no desígnio global da salvação realizada pelo redentor Jesus Cristo”³²;

- “Se, por apoiar qualquer grupo em seus esforços de libertação temporal, a Igreja perdesse essa perspectiva global da salvação cristã, então ‘a Igreja perderia sua significação mais profunda, sua mensagem de libertação não teria nenhuma originalidade e se prestaria a ser monopolizada e manipulada... não teria autoridade para anunciar, da parte de Deus, a libertação’ (EN 32)”³³.

Isto mostra a complexidade da problemática do caráter teologal ou espiritual das lutas e organizações populares. Elas devem ser consideradas tanto no que têm de mediação positiva da salvação ou do reinado de Deus neste mundo, quanto em seus limites e em suas ambiguidades e contradições com relação à realização histórica da salvação ou do reinado de Deus. Aqui, em todo caso,

32 *Ibidem*, 84s.

33 *Ibidem*, 85.

quisemos explicitar o caráter salvífico das lutas e organizações populares, sem reduzir a salvação à sua dimensão socioestrutural nem negar as ambiguidades e contradições salvíficas aí presentes.

III – Densidade e relevância epistemológicas das resistências e lutas populares

A teologia é *inteligência da fé a serviço da fé*. É um esforço intelectual de apreensão, explicitação e elaboração sapiencial-teórica da fé. E tal esforço está sempre a serviço da vivência e do fortalecimento dessa mesma fé. De modo que a teologia se configura e se desenvolve num duplo movimento: da vivência da fé à inteligência da fé e da inteligência da fé à vivência da fé. De uma forma ou de outra, ela é sempre um momento da fé: momento intelectual e/ou momento iluminador. Sem fé não há teologia (*inteligência da fé*) e sem fé a teologia é um discurso ineficaz e inútil (*serviço à fé*)³⁴.

34 Cf. GUTIERREZ, Gustavo. *A verdade vos libertará*: Confrontos. São Paulo: Loyola, 2000, 19-21; IDEM. *Beber no próprio poço*: Itinerário espiritual de um povo. Petrópolis: Vozes, 1984, 49-52; ELLACURÍA, Ignacio. “Relación teoría y praxis en la teología de la

É verdade que o desenvolvimento da inteligência da fé pode exigir e de fato exige certo distanciamento da experiência imediata da fé. O fazer teológico enquanto atividade intelectual tem exigências, dinamismos e todo um aparato teórico (hábitos, métodos, capacidades, conhecimentos etc.) que lhe conferem certa autonomia em relação à vivência imediata da fé. E esse distanciamento é importante inclusive para ajudar a comunidade eclesial a alargar os horizontes da fé e evitar ou superar possíveis desvios e instrumentalizações da fé. Mas isso não significa nem pode levar jamais a uma separação e independência total do fazer teológico em relação à fé. Sempre que isso acontece a teologia perde vitalidade, torna-se arqueologia, vira um discurso religioso ineficaz e inútil, por mais erudito e progressista que seja ou pareça. Na formulação mais precisa e rigorosa de Ignacio Ellacuría, “deixa de ser um *intellectus fidei* para ser um estudo de inoperatividades”³⁵. E essa é uma tentação permanente no fazer teológico: refugiar-se em textos e erudicionismos

liberación”. In: *Escritos Teológicos I. Op. cit.*, 235-245; MORO, Ulpiano Vázquez. “Padecer e saber”. *Perspectiva Teológica* 48, sup. 1 (2016) 13-17.

35 ELLACURÍA, Ignacio. “Relación teoría y praxis en la teología de la liberación”. In: *Escritos Teológicos I. Op. cit.*, 235-245, aqui 241s.

academicistas, abandonando a realidade concreta onde Deus se faz presente e atua.

Um dos grandes méritos da teologia da libertação foi enfrentar-se teologicamente com os processos históricos, discernindo aí os sinais e apelos de Deus a seu povo e ajudando a comunidade eclesial a se envolver nesses processos a partir e em função dos pobres e marginalizados, colaborando, assim, com a realização histórica da salvação ou do reinado de Deus. Isso deu vitalidade ao fazer teológico na América Latina, tornando-o mais consequente do ponto de vista teórico (momento da práxis) e teológico (momento consciente e reflexo da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus). Mais que um estudo de textos e doutrinas, a teologia foi sendo desenvolvida como aquilo que deve ser: inteligência da fé a serviço da fé em um contexto marcado por profundas desigualdades e injustiças sociais. É claro que o desenvolvimento da inteligência da fé implica, como um de seus momentos constitutivos fundamentais, estudo da Escritura e de toda a Tradição eclesial. Mas como um momento do processo maior de inteligência da fé real e concreta da comunidade eclesial em um contexto muito concreto.

Do ponto de vista epistemológico, isso implicou, para além do nível de consciência e elaboração teórica, num primado do real (salvação) sobre o teórico (doutrina da salvação)³⁶. O que significa uma concepção, nem sempre consciente e elaborada, da teologia como momento intelectual da realidade/realização da salvação. Mas a tentação a se afastar da realidade e a se refugiar num academicismo teórico mais ou menos estéril e ineficaz, sobretudo em um contexto social e eclesial adverso como o vivido nas últimas décadas, é muito grande. E não poucos/as teólogos/as na América Latina cederam em alguma medida a essa tentação. Continuaram fazendo uma teologia progressista e até defendendo a teologia da libertação, mas já não se ocupando mais com os processos históricos de libertação. Tinham coisas/temas mais interessantes e atrativos a se ocuparem que a vida e as lutas do povo... Mesmo os debates e a insistência na dimensão pública da teologia – um tema ou pelo menos um conceito que está na moda – parecem mais ligados, quando não reduzidos, ao âm-

³⁶ Cf. GONZÁLEZ, Antonio. *Op. cit.*, 50-74; AQUINO JÚNIOR, Francisco. “Questões fundamentais de teologia da libertação”. *Perspectiva Teológica* 48 (2016) 245-268, aqui 254-257.

bito teórico-cultural que aos processos históricos de libertação, comprometendo, ironicamente, a eficácia pública da teologia. É o perigo – real e atual! – de reduzir a teologia a “discurso de discurso” ou “teoria de teoria” sem incidência real e efetiva nos processos históricos de libertação, comprometendo a densidade e relevância da teologia tanto no que tem de teórico (momento intelectual da práxis) quanto no que tem de teológico (inteligência da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus e serviço ao mesmo). Aquilo que Jon Sobrino chama “tendência ao docetismo” na teologia atual.

No ano 2000, a Sociedade de Teologia e Ciências da Religião do Brasil (SOTER) promoveu um congresso continental, celebrando os trinta anos de teologia na América Latina e se confrontando com os problemas e desafios do mundo atual e as perspectivas que se abrem no início do novo milênio. Para isso, foi pedido a vários teólogos que fizessem memória desses 30 anos e de sua trajetória nesse processo e que identificassem alguns desafios atuais para a teologia.

Jon Sobrino escreveu um texto autobiográfico intitulado “teologia a partir da realidade” e conclui com “algumas preocupações”. A primeira delas diz

respeito ao que ele denomina “tendência ao docetismo” na teologia atual: “O que mais me preocupa na teologia é sua tendência ao docetismo, isto é, a criar um âmbito próprio de realidade que a distancie e a desentenda da realidade real, ali onde o pecado e a graça se fazem presente. Este docetismo, que normalmente é inconsciente, pode muito bem levar ao aburguesamento, isto é, a prescindir dos pobres e vítimas que são maioria na realidade e são a realidade mais flagrante”³⁷.

Na verdade, o ambiente social e eclesial pouco favorável ou mesmo avesso aos processos de libertação e a tentação constante ao erudicionismo e ao academicismo, própria do mundo acadêmico, fez com que muitos teólogos se distanciassem dos processos sociais e eclesiais e concentrassem sua atividade no mundo dos livros e das teorias, produzindo discursos e teorias até bastante progressistas (como boa parte da teologia europeia), mas desconectados dos processos sociais e eclesiais e, por isso, pouco eficazes. Mais que “um momento do processo por meio do qual o mundo é transforma-

37 SOBRINO, Jon. “Teología desde la realidad”. In: SUSIN, Luis Carlos (org.). *O mar se abriu. Op. cit.*, 153-170, aqui 168.

do: abrindo-se ao dom do Reino de Deus”, como propunha Gutiérrez³⁸, a teologia vai se constituindo como um mundo à parte, como escola teológica, como movimento de ideias, como sistema teórico que vive de si e por si, “abandonando, assim, o que foi sua intuição original: ser uma reflexão colada à vida da comunidade eclesial. A vida [...] precedendo e provocando a reflexão teológica”³⁹. Já no início dos anos 80, o Pe. Arrupe, superior geral dos jesuítas e muito ligado à TdL, em visita a El Salvador, afirmava ter a impressão de que a TdL “estava perdendo o *push*, que estava se tornando demasiado acadêmica”⁴⁰. Sem falar da tentação ao modismo ou ao novedadismo cultural com suas plateias e ibopes que, na melhor das hipóteses, relega os pobres/oprimidos com seus sofrimentos e seus processos de libertação a questões secundárias que não despertam mais interesse... Todos nós conhecemos teólogos/as progressistas desvinculados de processos sociais e eclesiais concretos e envolvidos com temas que consideram mais atuais e

mais atrativos que a vida dos pobres/oprimidos e seus processos de libertação...

Não se trata, aqui, de nenhum tipo de basismo, pragmatismo ou ativismo social/pastoral. Trata-se apenas de levar a sério algo que é determinante do fazer teológico: ser o momento inteligente da fé ou da salvação ou do reinado de Deus, cuja característica mais determinante é a justiça aos pobres e oprimidos e, portanto, estar constitutivamente ligada a processos sociais e eclesiais de libertação... E isso está em profunda sintonia com o processo mais amplo de renovação eclesial proposto e impulsionado pelo papa Francisco nos termos de “Igreja em saída para as periferias”. Também o fazer teológico deve ser inserido nesse processo. A teologia cristã, no que tem de inteligência e no que tem de serviço, deve ser sempre uma teologia em saída para as periferias do mundo, constituindo-se, naquilo que lhe é próprio e específico, como “sinal e instrumento de salvação” no mundo. Está em jogo, aqui, a densidade e relevância da própria teologia. Nas palavras certas do papa Francisco: “Devemos evitar uma teologia que se esgota na disputa acadêmica ou que olha para a humanidade de um castelo de vidro [...] Até os bons teólogos, assim como os bons pastores, têm odor do

38 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Op. cit., 74.

39 PALÁCIO, Carlos. “Trinta anos de teologia na América Latina: Um depoimento”. In: SUSIN, Luis Carlos (org.). Op. cit., 51-64, aqui 60.

40 Cf. ELLACURÍA, Ignacio. “Iglesia en Centroamérica”. In. *Escritos Teológicos II*. Op. cit., 773-782, aqui 779.

povo e da rua e, com a sua reflexão, derramam azeite e vinho sobre as feridas dos homens”. O teólogo que a Igreja precisa e deve formar “não é um teólogo ‘de museu’ que acumula dados e informações sobre a Revelação sem, contudo, saber verdadeiramente o que fazer deles. Nem um ‘balconero’ da história”. Deve ser “uma pessoa capaz de construir humanidade ao seu redor, de transmitir a divina verdade cristã em dimensão deveras humana, e não um intelectual sem talento, uma eticista sem bondade nem um burocrata do sagrado”⁴¹.

A modo de conclusão

Toda essa reflexão nos põe diante de um enorme desafio: enfrentar-nos teologicamente com a realidade em que estamos inseridos, discernindo aí os sinais e os apelos de Deus em sua ação histórico-salvífica. Ela nos devolve à realidade e nos provoca a nos

enfrentarmos com ela, configurando-a a partir e em função do reinado de Deus que tem nos pobres e marginalizados e em suas resistências e lutas seu critério e sua medida permanentes.

E isso tem muitas implicações para o fazer teológico: 1) fazer e entender teologia como um momento da fé da Igreja e do processo mais amplo de realização histórica da salvação ou do reinado de Deus; 2) ser consequente com o caráter histórico e parcial da salvação ou do reinado de Deus, superando toda forma de dualismo e universalismo abstrato; 3) insistir na centralidade dos processos históricos de libertação como sinal e mediação históricos privilegiados da salvação ou do reinado de Deus; 4) não desperdiçar o grande *kairós* que é o ministério pastoral do papa Francisco para a Igreja e para o mundo, colaborando no processo de renovação eclesial (“Igreja em saída para as periferias do mundo”) e, mais concretamente, no processo de renovação teológica (teologia em saída para as periferias do mundo); 5) levar a sério o fato de que “fora dos pobres não há salvação”, permanecendo sempre unidos a eles em suas resistências e lutas e ficando atentos e vigilantes ao risco e à tentação permanentes de “docetismo teológico”.

41 PAPA FRANCISCO. “Carta por ocasião do centenário da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Argentina”. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html

Daí o caráter inconcluso, aberto e prospectivo de nossa reflexão. Ela nos provoca, nos convoca e nos compromete. O desafio está lançado. A fidelidade e criatividade de nossos “pais e mães” na vivência da fé e no fazer teológico nos animam nessa tarefa. Não

fujamos ao desafio de nossa “hora”. É o tempo e a situação que nos tocam viver e que o Senhor confia à nossa responsabilidade. Os pobres e marginalizados são, n’Ele, juízes e senhores de nossas vidas e de nossas teologias...

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Koenigs, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier

- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *"Ite, missa est!": A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio "Summorum Pontificum"* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elisabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislano Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight

- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vitor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 *A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
- N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
- N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins

- N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
- N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
- N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
- N. 110 *A Encíclica Laudato Si' e os animais* - Gilmar Zampieri
- N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
- N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
- N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 *A Igreja em um contexto de "Reforma digital": rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto
- N. 117 *Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?* – Gaël Giraud e Philippe Orliange
- N. 118 *Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas* – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
- N. 119 *A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica* – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
- N. 120 *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política* – Amos Yong
- N. 121 *Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída* – Tea Frigerio
- N. 122 *Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental* – Colby Dickinson
- N. 123 *A sensibilidade religiosa de Thoreau* – Edward F. Mooney
- N. 124 *Diáconas na Igreja Maronita* – Phyllis Zagano
- N. 125 *Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben* – Claudio de Oliveira Ribeiro



Francisco de Aquino Júnior. Doutor em teologia pela Westfälischen Wilhelms Universität de Münster – Alemanha; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE – Brasil.

Algumas publicações do autor

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *O caráter prático-social da teologia: Tópicos fundamentais de epistemologia teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

_____. *Nas periferias do mundo: Fé - Igreja - Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2017.

_____. *Theologie als Einsicht in die Gottesherrschaft. Die Methode der Befreiungstheologie nach Ignacio Ellacuría*. Regensburg: Verlag Friedrich Putest, 2014.

_____. *Viver segundo o espírito de Jesus Cristo: Espiritualidade como seguimento*. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. *Teoria teológica - práxis teológica: sobre o método da Teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. *A dimensão socioestrutural do reinado de Deus: escritos de teologia social*. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. *A teologia como inteligência do reinado de Deus: o método da teologia da libertação segundo Ignacio Ellacuría*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

Outras contribuições

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Teologia da Libertação ellacuriana: realização histórica da salvação*. Revista IHU On-Line, n. 315. [16/11/2009]. Disponível em: <https://goo.gl/mvHLui>. A entrevista foi realizada por Patrícia Fachin.

